

APRESENTAÇÃO

Rita Neves

(UFRN - Brasil)

Vânia Fialho

(UPE/UFPE – Brasil)

Claudia Puerta Silva

(Universidad de Antioquia – Colombia)

Historicamente, a cartografia se constituiu como um instrumento, através do qual se tem exercido domínio e controle territorial. Trata-se de conhecimento técnico, que produz linguagem específica e restrita a círculos de poder hegemônico. A antropologia também tem feito uso de mapas, seja como representação geográfica, seja como forma de ilustrar e contextualizar as descrições etnográficas, além de acompanhar as narrativas etnográficas que também são representações e criações de imagens e imaginários do Outro. Podemos lembrar de obras antropológicas importantes que fizeram uso desse instrumental, tais como os “Argonautas do Pacífico Ocidental”, famosa obra de Malinowski, e “Os Nuer”, de Evans-Pritchard para citar dois ícones da antropologia clássica.

A partir dos anos de 1990, outras experiências passaram a ser utilizadas nas pesquisas antropológicas, ampliando a discussão sobre os usos etnográficos e como forma de pensar em metodologias colaborativas e comprometidas com a inclusão de populações locais em práticas de mapeamento e produção de conhecimento. Na atualidade, a discussão sobre a produção de mapas tem revelado a disparidade que existe entre as formas de representação de uma comunidade realizada por agentes externos e aquelas realizadas pelos próprios sujeitos. Tal discussão se estende também pelas relações de poder entre a “autoridade” e “legitimidade” dos conhecimentos técnicos e de especialistas ocidentais sobre os conhecimentos autóctones, situados e tradicionais, assim como pelo uso e interpretação dos mapas realizados por outros e utilizados nas investigações sociais ou nas políticas públicas.

Os artigos que compõem esse dossiê estão, em sua maioria, ancorados no pressuposto de que “todos os mapas são uma abstração do mundo, elaborada sempre a partir de um ponto de vista”, conforme afirmado por Acselrad e Coli (2008). Dessa forma compreendemos que os mapas são instrumentos posicionados e sempre foram usados mais amplamente do que uma simples representação da realidade. Esses mapas apresentam a posição de quem detém o poder instituído, e seu método e formato sempre serviram como instrumento de dominação e controle territorial.

Compreendemos também que a representação cartográfica é uma leitura particular da realidade plotada em um mapa, os mapas são uma linguagem de poder, e mais, configuram-se em campos de disputa nos quais estão em jogo as representações do território (sua concepção e compreensão) e a respectiva apropriação mediante as relações sociais e materiais que nele se inscrevem, como territórios em disputa numa verdadeira guerra simbólica. Acselrad e Coli (2008), ao situarem as várias iniciativas de mapeamento, apontam três principais razões para que possamos entender o crescente interesse pelo campo da cartografia associado às mais diferentes áreas de conhecimento:

1º) a maior parte das informações utilizadas na formulação de políticas, seja referente à criminalidade, planejamento de uso do solo, saúde ambiental, conservação de habitat ou provisão de serviços sociais contém um componente espacial; 2º) a ampliação do uso de informações espaciais para todas as partes interessadas leva presumivelmente a uma melhor formulação de políticas; 3º) estas informações politicamente relacionadas podem ser analisadas e visualizadas espacialmente, e o produto resultante – em sua maioria, mapas – pode transmitir ideias de forma persuasiva e convencer as pessoas da importância destas ideias. (ASCERALD; COLI, 2008, p. 18-19).

Como um campo que articula múltiplos conhecimentos, alguns autores dos textos deste dossiê são formados em áreas diversas. Não se pode pensar em fazer uso de materiais teóricos e metodológicos apenas usando os saberes antropológicos. No entanto, de forma geral, os artigos a seguir partem do pressuposto de que os espaços físicos constituem *locus* de socialização e que o olhar cuidadoso sobre ele, a partir de um instrumental teórico e metodológico diversificado, pode dar visibilidade a aspectos ainda não percebidos das relações sociais.

O primeiro artigo, da antropóloga e historiadora Maria Cecilia Gallero traz uma importante reflexão sobre os processos de migração, povoamento e configuração étnica na província de *Misiones*, na Argentina. Para tanto, a autora utiliza a cartografia histórica e contrasta com informações de arquivos e etnografia, mediante os quais se levantam dados para produzir novos mapas.

O texto de Franklin Carvalho, diferente dos demais artigos deste dossiê, parte de sua formação acadêmica, apresentando uma instigante experiência pessoal de articulação de áreas de conhecimento distintas como a ciência agroecológica e a Antropologia, tendo por base sua extensa experiência com a realização de cartografias permitindo a expressão de identidades, concebendo a etnografia e a Antropologia como base do trabalho em comunidades de fundo e fecho de pasto no interior da Bahia.

Poliana Nascimento analisa as relações de poder e campos de disputas existentes no processo de elaboração de mapas considerados oficiais. A autora põe em destaque os campos de disputa que se estruturam em torno do processo de elaboração de mapas pelo Estado e a emergência de territorialidades específicas apresentadas por grupos que se mobilizam em diferentes formas organizativas para reivindicar direitos que lhes são negados, redesenhando suas trajetórias de luta e relação de pertencimento a partir de cartografias sociais que expressam suas realidades. Nessa mesma direção, Lara Andrade e Marcelino Dantas refletem sobre o uso de mapas como um instrumento de dominação, mas também como instrumento apropriado pelos indígenas nos processos de mobilização política, utilizando para isso o mapeamento participativo no contexto de implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas Pankararu Entre Serras e Kapinawá, em Pernambuco, Brasil.

Os dois artigos seguintes apresentam análises etnográficas em contextos intitulados por ambos os autores como de autodemarcação. O primeiro texto, de Leandro Durazzo, apresenta os impactos sócio-temporais acarretados por grandes empreendimentos como barragens e hidrelétricas no território habitado pelos índios Tuxá de Rodelas, na margem baiana do rio São Francisco. O autor demonstra as dinâmicas presentes nos últimos 30 anos de vida deste povo, a partir da compreensão da memória, do uso de mapas e da autorrepresentação cartográfica recheados de importante carga simbólica. Por sua vez, o texto de Fábio Martins é uma análise etnográfica a respeito das motivações prévias que definiram o contexto de mobilidade espaço-territorial dos índios Guarani Mbyá

de Tekoá Mirim no litoral Sul de São Paulo e as complexas relações destes indígenas com a sociedade envolvente.

O texto de Rita Neves e Vânia Fialho discute os aspectos metodológicos da experiência de pesquisa etnográfica no projeto Nova Cartografia Social, o que possibilitou uma maior compreensão das questões sociais urbanas e rurais em contextos distintos como os de uma comunidade urbana localizada em Recife, uma comunidade quilombola e em dois povos indígenas. Mesmo as autoras tendo partido do processo metodológico de construção das cartografias nessas comunidades, a força do texto se dá nas discussões sobre poder, identidades e disputas políticas territoriais. Ênfase também é dada à apropriação da técnica como estratégia de subverter a lógica dominante, o que possibilita a reconstrução do contexto político ou da estrutura de oportunidades, permitindo que grupos sociais historicamente invisibilizados possam enfrentar o poder de autoridades e forças antagônicas. Por fim, o último texto desse dossiê, com autoria de John Martínez, Esteban Trejos, Whodson Silva e Tatiana Henao apresenta uma discussão sobre as produções cartográficas e o uso de ferramentas tecnológicas para a produção de mapas que podem se transformar em instrumentos políticos que evidenciam relações de poder e problemáticas sociais e ambientais. Os autores utilizam a experiência das cartografias sociais construídas na comunidade indígena Costa Rica (Colômbia), apresentando a conciliação entre as técnicas de geoprocessamento e as práticas etnográficas.

Para finalizar, gostaríamos de agradecer aos editores da revista, aos avaliadores que analisaram os textos com muita acuidade e aos autores que com enfoques diferentes contribuíram para essa discussão sobre Etnografia, mapas e o fazer antropológico, tema desse dossiê.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

ASCERALD, Henri; COLI, Luiz Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas, in: ASCERALD, Henri; COLI, Luiz Régis. (Orgs.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. 2008, p. 13-44.